



UniCEUB - Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA
Curso: Administração
Disciplina: Monografia Acadêmica
Professor: José Antônio Rodrigues do Nascimento

BERNARDO RODRIGUES PORTELA

**Os Impactos da Restrição Orçamentária na
Modernização e Aquisição de Aeronaves da Força Aérea
Brasileira.**

Brasília
2006

BERNARDO RODRIGUES PORTELA

**Os Impactos da Restrição Orçamentária na
Modernização e Aquisição de Aeronaves da Força Aérea
Brasileira.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Administração de Empresas do UniCEUB -
Centro Universitário de Brasília

Professor Orientador: José Antônio Rodrigues do
Nascimento

BRASÍLIA
2006

BERNARDO RODRIGUES PORTELA

**Os Impactos da Restrição Orçamentária na
Modernização e Aquisição de Aeronaves da Força Aérea
Brasileira.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Administração de Empresas do UniCEUB -
Centro Universitário de Brasília

Professor Orientador: José Antônio Rodrigues do
Nascimento

Brasília, 19 de maio de 2006.

Banca Examinadora

Prof. José Antônio Rodrigues do Nascimento
Orientador

Examinador

Examinador

A Deus, por me permitir realizar mais um etapa da minha vida.
Aos meus pais, que sempre me ajudaram nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado força para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, por todo o carinho e sabedoria nos diversos momentos.

Ao meu irmão, minha madrinha e amigos pela paciência, ajuda e compreensão.

A minha namorada, pelo seu amor e companheirismo.

Aos Coronéis da FAB e todos os militares que me ajudaram ao longo da minha vida.

Ao Professor Orientador José Antônio Rodrigues do Nascimento, que muito bem me orientou nesta etapa.

Quem respeita a bandeira deste pequeno saberá
defende-lá quando for grande.

Edmondo Amicis

Resumo

Esta monografia trata sobre o tema, restrição orçamentária, dando ênfase na modernização e aquisição de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Com objetivo geral deste estudo consistiu em analisar de que forma a restrição orçamentária afeta na modernização e aquisição de aeronaves da FAB. O embasamento teórico contou com abordagens de Administração pública, contabilidade pública, orçamento público e restrição orçamentária. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório, pois se fez um levantamento bibliográfico sobre a teoria do assunto e buscou através de entrevista ganhar maior conhecimento sobre o assunto, em que forma os impactos da restrição orçamentária afeta a FAB, e trazer estas informações para o conhecimento geral. Optou-se em estudar a modernização e aquisição de aeronaves da FAB, por se tratar de segmento lucrativo e de longo prazo, presença de alta tecnologia e de importância para defesa nacional. Ressalta-se que a FAB vêm ao longo de seis anos lutando para modernizar sua frota de aeronaves, mas com a presença da restrição orçamentária os programas vêm sofrendo com constantes atrasos e interrupções. Os principais resultados obtidos através deste estudo foram que a restrição orçamentária influencia no atraso nas entregas das aeronaves, coloca em risco a credibilidade do país junto aos investidores externos, a necessidade de renegociação dos contratos e aumento nos custos dos programas.

Palavra-chave:

Impactos. Restrição Orçamentária. Modernização. Aquisição. Força Aérea Brasileira

Lista de Figuras

Figura 1 – Ciclo Orçamentário Brasileiro.....	14
Figura 2 – Orçamento de Defesa dos EUA	23
Figura 3 – Orçamento de Defesa do Brasil	24

Lista de Siglas

FAB	- Força Aérea Brasileira
PPBS	- Planning, Programming and Budgeting System
OBZ	- Orçamento Base-Zero
PPA	- Plano Plurianual
LDO	- Lei de Diretriz Orçamentária
LOA	- Lei Orçamento Anual
CONORF Federal	- Comissão de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal
SOF	- Secretaria de Orçamento Federal
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CMO	- Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
PIB	- Produto Interno Bruto
SEFA	- Seção Econômica e Financeira da Aeronáutica
PFCEAB	- Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISCEAB	- Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro
FMI	- Fundo Monetário Internacional
TCU	- Tribunal de Contas da União
EUA	- Estados Unidos da América

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 – Recursos Programados Versus Liberados	18
Gráfico 2 – Cronograma para finalização do programa	18
Tabela 1 – Comparativo do Orçamento versus Gastos pessoal.....	25
Tabela 2 – Cronograma de entrega de aeronaves.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. EMBASAMENTO	3
2.1. Administração Pública.....	3
2.2. Definição de Orçamento Público	3
2.3. Evolução do Orçamento Público no Mundo.....	4
2.4. Evolução do Orçamento Público no Brasil.....	7
2.5. O Processo de Elaboração do Orçamento Público Brasileiro.....	12
2.6. Pontos Fortes e Fracos no sistema Orçamentário do Brasil.....	14
2.7. Restrição Orçamentária do Governo	14
2.8. Análise dos dados obtidos através da entrevista.....	17
3. CONCLUSÃO	28
4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	30

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esta monografia foi os impactos da Restrição Orçamentária na modernização e aquisição de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

O objetivo geral do estudo foi analisar de que forma a restrição orçamentária afeta a modernização e a aquisição de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Contendo os objetivos específicos verificar quando estas restrições começaram, identificar quais os programas afetados, examinar como a FAB vêm mantendo estes programas, explicar quais os impactos da restrição na FAB e averiguar quais são as maiores preocupações da FAB em relação ao orçamento futuro. Quanto à elaboração do problema foram às questionadas, quais programas e enquanto eles foram afetados.

Esta monografia se justifica pela importância de se entender alguns aspectos da restrição orçamentária do Brasil, quando ela ocorreu, quais são os motivos e ter uma perspectiva maior dentro do meio das Forças Armadas principalmente dentro da Força Aérea Brasileira e com intuito de esclarecer os impactos que a ela sofrendo ao longo dos anos com a restrição orçamentária na sua questão de modernização e aquisição de aeronaves.

Os itens a serem abordados no embasamento teórico são os seguintes: mudanças dos líderes políticos, troca do ministro da Defesa, a própria restrição, crise econômica no mundo.

Lakatos e Marconi (1991, p.83) mostram que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimento verdadeiro e válido, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Quanto ao objetivo a pesquisa, é de caráter exploratório, pois foi feitos um levantamento bibliográfico, além de entrevistas, visitas a web sites e revistas sobre o tema principal.

Lakatos e Marconi (1991, p. 108) dizem que as técnicas são consideradas um conjunto de preceitos ou processo que serve uma ciência; também são as habilidades para utilizar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. As técnicas de pesquisa são: a observação, a entrevista, o questionário, o formulário, medidas de opinião e atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo e pesquisa de mercado.

Quanto aos meios de informação, a pesquisa classifica-se como bibliográfica porque foram recolhidos dados e informações já elaboradas, acessíveis e publicadas como livros, entrevistas, revista e web sites.

A pesquisa se utiliza métodos para alcançar afirmações que possam ser apresentadas como válidas. Os métodos de abordagem referem-se ao modo como são desenvolvidos os procedimentos no estudo dos fenômenos para chegar à verdade. Entre os métodos de abordagem pode ser utilizado o dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e o dialético.

Nesta Monografia utilizou-se do método dedutivo, pois a premissas verdadeiras levam sempre a conclusões verdadeiras.

Nesta monografia utilizaram-se como métodos de procedimento, o estudo de caso ou monográfico, onde foram relatados pontos com os quais o orçamento pode influenciar o sucesso de uma empresa e viabilização de projeto ao longo prazo.

Em quanto o universo da pesquisa foi, Seção Econômica e Financeira da Aeronáutica (SEFA).

2. EMBASAMENTO

Para a elaboração do embasamento teórico buscaram-se as literaturas de orçamento público, contabilidade pública e administração pública de modo a se promover uma ampla visão dos conceitos e além de buscar dentro da Força Aérea Brasileira informações sobre assunto.

2.1. Administração Pública

Segundo Heady (1970, p.14) administração pública é:

Aquele setor da administração que existe num contexto político. Relacionada basicamente com a execução das decisões da política governamental tomadas pelas pessoas que detêm a autoridade para a tomada de decisão no sistema político.

No artigo 4º do Decreto Lei nº 200/67 divide a Administração Pública em Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência e na dos Ministérios, ou seja, é o conjunto de órgãos públicos vinculados diretamente ao chefe da esfera governamental que integram, que não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas diretamente através do orçamento da referida esfera.

Enquanto Administração Indireta em sua redação original abrangia as autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista, ou seja, é o conjunto de órgãos públicos vinculados indiretamente ao chefe da esfera governamental que integram, que possuem personalidade jurídica própria patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas através de orçamento próprio.

2.2. Definição de Orçamento Público

Segundo Piscitelli; Timbó e Rosa (1997), a definição de orçamento é:

É o instrumento que dispõem o poder público em toda sua esfera, para expressar, em determinado período de tempo, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

Segundo a Comissão de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, a CONORF (2004), o orçamento público pode ser materializa-se numa lei ordinários, de validade de um ano, que exprime em termos técnicos e financeiros, as decisões políticas na alocação de recursos públicos estabelecendo as ações e programas prioritários para atender as demandas da sociedade. Além de permitir o controle das finanças publicas evitando que sejam realizados gastos não previstos.

2.3. Evolução do Orçamento Público no Mundo

A idéia de fazer com que a previsão das despesas e das receitas públicas fosse aprovada antes de sua real efetivação vem desde a Idade Média, quando alguns monarcas foram destituídos do poder, ao estabelecer tributos sem o consentimento dos súditos.

Conforme Burkhead (1971) o conceito de orçamento surgiu na Inglaterra, partir do crescimento do popular ou representativo sobre rei, na Magna Carta estabelecia que “Nenhum tributo ou auxilio será instituído no reino, senão pelo conselho comum”.

Para Giacomoni (2003), este dispositivo foi conseguido mediante aos integrantes do *Commol Cousel*, o órgão de representação da época. A nobreza buscava maneira de escapar do poder absoluto do rei na questão tributária.

Burkhead (1971) considera que na França, a constituição elaborada a partir da Revolução 1789, nela se propunha que nenhuma imposto deveria ser cobrado sem o consentimento da nação. Em 1815 com a Assembléia Nacional começou a

pensar em processo orçamentário, decretaram lei financeira anual e que nenhum ministério deveria gastar mais que a dotação orçamentária. O sistema Francês deu origem a algumas regras básicas para o orçamento público, como:

1. Anualidade do Orçamento.
2. Votação do orçamento antes do começo do exercício.
3. Princípio da universalidade, o orçamento deve conter todas as previsões financeiras para o exercício.
4. Princípio da Não afetação das receitas, a não vinculação de itens da receita a despesas específicas.

Segundo Giacomoni (2003) ensina que os Estados Unidos, o surgimento do processo orçamentário decorrente das brigas dos colonos partir dos altos impostos cobrados pelos ingleses.

Após a Independência, foi criada então Comissão de Meios e Recursos, que detinha a autoridade máxima em relações de apropriações de despesas e receitas. Por volta de 1865, esta perdeu sua função centralizadora que passou a ser dividida em outras comissões. Até a virada do século a administração norte-americana estava em uma grande desorganização, com a presença de altas cargas tributárias e corrupção. Em 1910, o então presidente Taft foi levado a criar a Comissão de Economia e Eficiência, que visava à modernização do funcionamento da administração federal.

O presidente, com os relatórios da comissão que propunha que o poder executivo apresenta-se um programa administrativo a ser cumprido ao congresso e a nação e o poder legislativo dando-lhe uma lei que lhe caberia a cumprir, encaminhou ao congresso adoção de um novo sistema orçamentário, porém os estudos e apelos do presidente não foram suficientes para vencer a maioria no congresso que temia o fortalecimento do poder executivo.

A constante pressão feita pelos empresários contra a alta carga tributária levou a Câmara dos Representantes, em 1919 montar uma comissão para investigar o assunto. O resultados destes estudos foram os mesmos obtidos pela Comissão

Taft e levaram a conclusão da adoção do sistema proposto anterior. Em 1921 surgiu a Lei de Orçamento e Contabilidade.

A autonomia concedida pelo federalismo norte-americano possibilitou que os estados e municípios fizessem suas próprias reformas orçamentárias, pois estavam preocupados com os mesmos motivos que Taft. Em 1899, Liga Municipal Nacional, recomendou um modelo de lei orgânica, na qual o prefeito era responsável pelo orçamento. Entre os sistemas aperfeiçoar os orçamento municipal surgiu o Orçamento de Desempenho.

Os Estados necessitam igualmente de mudanças nos processos financeiros e começaram a deixar a cargo do Executivo, a competência na elaboração do orçamento.

Burkhead (1971, p.177) diz que na década de 20 vieram buscar melhorias na competência do legislativo e executivo nas fases: elaboração, aprovação, execução e controle. A partir da década de 30 surgiu o sistema de classificação orçamentário por projeto e programas, que buscava aprimorar as técnicas orçamentárias do planejamento, que foi altamente utilizado pelo militares. Este modelo foi levado a Comissão de Organização do Setor Executivo do Governo, (Comissão Hoover).

Recomendamos que o conceito de orçamento do Governo Federal seja inteiramente reformulado pela adoção de um orçamento baseado em funções, atividades e projetos: a isto denominamos orçamento de Desempenho.

Em 1950 é aprovada, a Lei de processo de Orçamento e da Contabilidade, que autorizava o presidente a apresentar o orçamento, com funções, atividades do governo a partir de classificações.

Conforme Giacomoni (2003) mostra que a aproximação do orçamento, com o planejamento fez surgir uma nova técnica, o PPBS (Planning, Programing and Budgeting System) que foi adotada no período que a economia americana estava apresentando grande vitalidade, porém com o envolvimento na Guerra do Vietnã,

surgimento da inflação e conflitos urbanos trouxeram escassez de recursos que questionaram a função deste sistema.

No governo Nixon, o sistema foi dispensado para cumprimento em órgãos federais. Com a eleição de James Carter implementou um novo sistema orçamentário, o OBZ (Orçamento Base-Zero). Ao final dos anos 70, grandes empresas e organizações publicas já tinha adotado o sistema.

Para Giacomoni (2003) o PPBS mereceu grande atenção na área acadêmica, sendo amplamente discutida sua concepção, assim como as dificuldades de sua implementação. Esses debates serviram também para difundir o sistema.

Em 1974, ocorreu a aprovação de uma nova lei de Orçamento, Lei de Orçamento e Retenção de Recursos do Congresso, que alterou as relações do presidente e do congresso perante o processo orçamentário. Retirado grande parte do poder que o executivo possuía desde a Lei 1921 e o congresso passou a ganhar maior participação na elaboração do orçamento ao invés de apenas autorizar as despesas.

2.4. Evolução do Orçamento Público no Brasil

Para Giacomoni (2003) o conceito de orçamento no Brasil surgiu com a fuga de 1808 de Dom João ao Brasil e abertura dos portos a nações amigas, o novo estado português viu a necessidade da criação do Erário Público (Tesouro) e o regime de contabilidade.

O ministro de Estado da Fazenda havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas das suas repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que estiver reunido, um balanço geral de receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral das despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições de rendas públicas.

Foram algumas das exigências da Constituição Imperial de 1824, que também distribuía a competências dos poderes imperiais:

1. Ao Executivo a confecção da proposta orçamentária;
2. A Assembléia Nacional a aprovação da lei Orçamentária; e.
3. A Câmara dos Deputados a iniciativa das leis sobre os impostos.

Com a Proclamação da República, alterou a distribuição das competências em relação ao processo de orçamento, a Constituição de 1891 visava que: a elaboração foi função privativa do Congresso Nacional, assim, a tomada de contas do Executivo. Para auxiliar o controle a constituição criou o Tribunal de Contas. Os parlamentares tiveram de decidir qual das duas casas passaria a elaborar o orçamento. A Câmara dos Deputados tomou a iniciativa, mas o gabinete do ministro da fazenda que realmente tomou a iniciativa.

Em 1922, foi aprovado no Congresso, o Código de Contabilidade da União, na qual apresentou grandes inovações técnicas e formalizou o procedimento. Como descrito no artigo 13.

O governo enviará à Câmara dos deputados até 31 de maio de cada ano a proposta de fixação da despesa, como o cálculo da receita geral da República, para servir de base Iniciativa da Lei Orçamentária.

Conforme Giacomoni (2003) explica que em 1937 com Getulio Vargas no poder e a nova constituição de 1934, houve nova mudanças na competência da elaboração do orçamento, neste momento o presidente competia pela elaboração e o legislativo ficou encargo de votação e fiscalização das contas do presidente, utilizando com auxílio do Tribunal de Conta.

Como estado novo e a constituição de 1937, a confecção do orçamento seria através de um departamento administrativo, junto à presidência da República e a aprovação seria pela câmara dos deputados e do conselho federal. Sem as instalações destas casas, o poder executivo elaborava e aprovava o orçamento. Com a implementação da constituição de 1946, dando por encerrado o Estado Novo, o orçamento voltou a ser produzido pelo Executivo e aprovado pelo

Legislativo. E deveria seguir alguns princípios básicos: unidade, universalidade, exclusividade e especialização e também deixava claro o papel do tribunal de Contas.

Com o Regime Militar e a Constituição de 64, assumiu uma posição autoritária e as competências no processo orçamentárias mantiveram em equilíbrio entre o poder Executivo e Legislativo.

Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do orçamento, que estão definidos na Constituição, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, diz que o princípio da unidade que cada esfera de governo deve possuir apenas um orçamento, fundamentado em uma única política orçamentária e estruturado uniformemente, o princípio da universalidade diz que, a Lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública deve ficar fora do orçamento. E por último o princípio da anualidade que estabelece um período limitado de tempo para as estimativas de receita e fixação da despesa, ou seja, o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal.

Segundo Giacomoni (2003) pode-se citar ainda outros princípios com o de Orçamento Bruto, na qual todas as parcelas da receita e da despesa devem aparecer no orçamento em seus valores brutos sem qualquer tipo de dedução. O da Discriminação, de acordo com este princípio as receitas e as despesas deve aparecer no orçamento de forma discriminada, na forma que possa saber a origem dos recursos e sua aplicação. Outro princípio é o do Equilíbrio no qual todas despesas autorizadas no Orçamento devem ser, sempre que possível, iguais às receitas previstas.

Segundo Sant'anna Silva (1962), afirma que há ainda outros princípios com a da Exclusividade e a Publicidade, o primeiro diz que a lei orçamentária deverá conter somente matérias financeiras ou orçamentárias, retirando dela qualquer dispositivo estranho. E enquanto o segundo diz que o orçamento deve ser divulgado quando aprovado e transformado em lei.

Segundo Renato Ribeiro (2003), com o advento da constituição de 1964, foi adotado o orçamento-programa, que estava ligado ao Sistema de planejamento e aos objetivos que o governo pretendia alcançar naquele exercício. O Orçamento programa pode ser descrito como um plano de trabalho expresso por um grupo de ações a realizar e pela identificação dos recursos para sua execução. O orçamento passou a ser um instrumento das operações do governo, viabilizando programa /projetos/ atividades/ operações especiais em ligação aos planos e diretrizes estabelecidos. O novo sistema trouxe alguma vantagens:

1. Facilidade para identificação de duplicações de funções
2. Melhor controle na execução do programa
3. Melhor precisão na elaboração do orçamento
4. Ênfase no que a instituição realiza e não no que gasta
5. Maior compreensão no conteúdo orçamentário
6. Melhor planejamento do trabalho e etc.

Segundo a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF) (2004) e a constituição de 1988, determina que a divisão do orçamento em três frações: a – Orçamento Fiscal, b – Orçamento da seguridade pública e a c – orçamento de investimento das empresas estatais.

O orçamento fiscal engloba os gastos em saúde, educação, manutenção dos ministérios, parcelas das receitas tributárias, e discrimina as receitas de origem tributária, patrimonial, de empréstimos obtidos e alienação de ativos da União. O Orçamento da seguridade social engloba os gastos feitos com benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões e etc. assistência social e saúde, e discrimina receitas de contribuições sociais.

O orçamento de Investimentos das empresas estatais engloba somente este tipo de gastos e sua respectiva fonte de financiamento.

Com a Constituição de 1988, o sistema orçamentário nacional passou a ser regulamentado por três projetos de Lei:

1. a Lei do Plano Plurianual (PPA)
2. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
3. a Lei orçamentária Anual (LOA)

Segundo Azevedo, Lima e Lima (2004) o primeiro projeto de Lei do PPA que define as prioridades do governo um período de quatro anos, que deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso até o final de agosto do seu primeiro ano do mandato.

No inciso III do § 1º do art 165 da Constituição Federal de 1988 dizem que:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração contínua.

O segundo projeto, a LDO deve ser enviado pelo Executivo ao Congresso até 15 de Abril de cada ano, que estabelece as prioridades para o exercício financeiro subsequente. E a sua função é fazer a ligação entre o PPA e os orçamentos atuais, estabelecendo parâmetros para elaboração deste com base nas diretrizes e definições daquele Plano, a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal.

E o terceiro projeto de Lei, a LOA, define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano, contém todas ações do governo e nenhuma despesas pública poderá ser efetuada fora do Orçamento.

Em 2000, foi aprovada a lei de resposanbilidade fiscal na qual o administrador publico ganhou certas responsabilidades como limite de gastos com pessoal,

proibição de criar despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas, entre outros.

De acordo com Nascimento (2002, p.23).

Sabemos, no entanto, que nesses dois anos, a LRF criou uma nova cultura em nosso país, no que se refere ao controle e a transparência da gestão pública. Certamente que iniciativas dessa natureza deverão ser mantidas pelos novos governantes, independentemente das ideologias político-partidário daqueles que guiarão o Brasil a partir de 2003.

2.5. O Processo de Elaboração do Orçamento Público Brasileiro

Segundo os autores Piscitelli; Timbó e Rosa (1997) o processo começa pelo Poder Executivo com a expedição da LDO e das regras gerais pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, onde estima o total de receita e despesas de cada órgãos setoriais. Estes órgãos setoriais (ministérios) fazem a análise de levantamento das necessidades de gastos das áreas que compõem cada ministérios e apresentam a SOF, que tem a competência de ajustar as expectativas de gastos com o nível de receita que o governo espera arrecadar. O Poder Legislativo e o Judiciário também enviam suas propostas dentro dos parâmetros da LDO para que sejam integradas dentro do Projeto de Lei.

Alguns parlamentares recorrem nas suas redes políticas dentro dos ministérios, para inserir o projeto de seus interesses na proposta do executivo enviará ao congresso.

Uma vez que a proposta esteja concluída, esta é encaminhada ao Presidente da República, que junto de uma exposição do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde são mostradas as expectativas da economia para o período referido.

Conforme Giacconi (2003), O Presidente estando de acordo remete-a ao Congresso Nacional em formado de Projeto de Lei até final de agosto de cada ano.

Com a competência de co-responsável da elaboração do orçamento, cabe a ele analisar e aprovar os projetos de lei que fazem parte do processo do orçamento.

Piscitelli, Timbó e Rosa (1997), Os Projetos são analisados pelas duas casas do Congresso Nacional, sob a responsabilidade da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) de emitir um parecer sobre os projetos.

Através de seu poder de atuação os parlamentares utilizam por meios de emendas, para procuram aperfeiçoar a proposta do Executivo, na alocação de recursos. E localizar pontos onde desejam que sejam executados projetos ou inserem novas programações com o objetivo que atender as comunidades que representam. O Legislativo têm até 15 de dezembro para aprovar e devolvê-la ao Executivo com ou sem emendas para sua sanção e publicação da lei orçamentária no Diário Oficial da União.

Após a sanção da Lei Orçamentária, ainda é possível ocorrer modificações na lei através de créditos adicionais que abrem a possibilidade de introduzir novas emendas. Tornando assim o processo orçamentário quase interminável. Existem três tipos de créditos, os suplementares, especiais e extraordinários: os suplementares reforçam a alocação de recursos já incluídas na LOA, ou seja, alocação de recursos em projetos onde constatam que não haverá recursos suficientes para finalização, fazendo uma redistribuição dos recursos sem a criação de novas despesas. Os créditos especiais são autorizados por decreto presidencial e não requer a aprovação do Congresso. Por último o credito extraordinário é utilizado em casos urgente, que não pode ser previsto como guerra, desastres naturais, este é autorizado por uma medida provisória.

Ciclo Orçamentário Brasileiro:

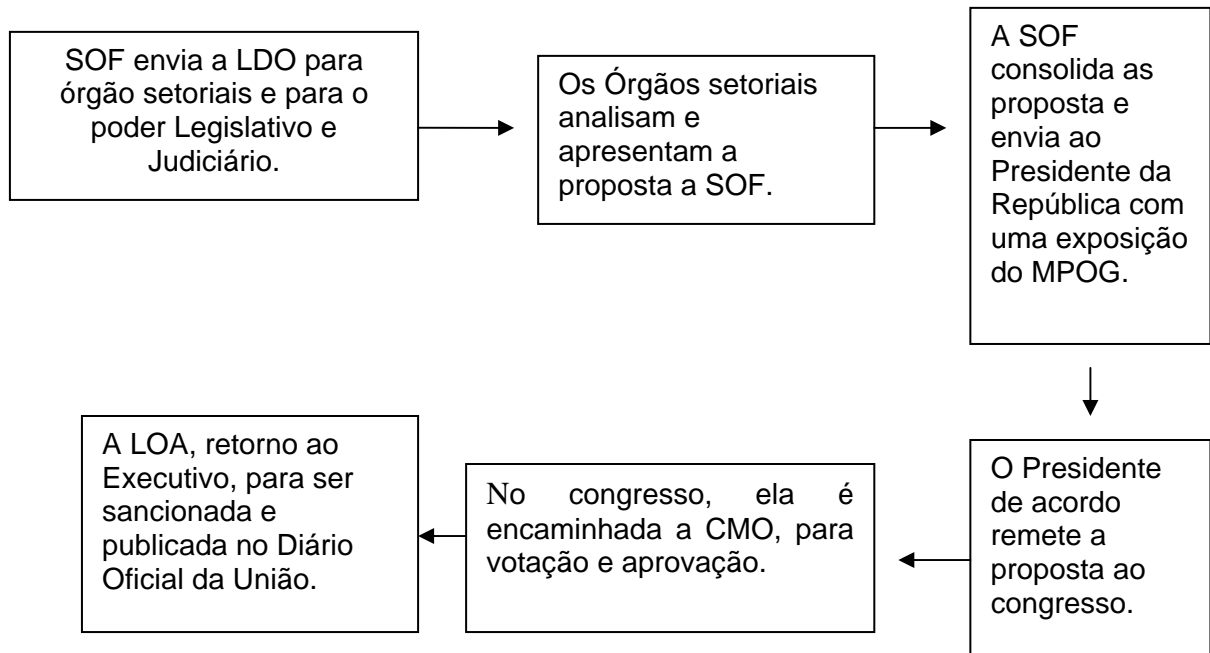


Figura 1: Ciclo Orçamentário Brasileiro

2.6. Pontos Fortes e Fracos no sistema Orçamentário do Brasil

Segundo Ribeiro (2003) diz que em uma maneira geral, o orçamento brasileiro gera uma boa eficiência operacional e disciplina fiscal. Além de apresentar uma confiabilidade nos dados e informações, uma segurança no processo de alocação de recursos.

Conforme Renato Ribeiro (2003) o sistema orçamentário brasileiro ainda apresenta alguns pontos fracos, elencamos: a falta de preocupação com o gerencialismo e utilização de critérios do início da década de 80.

2.7. Restrição Orçamentária do Governo

Segundo Issler e Lima (1998), dizem que a restrição orçamentária do governo revela que há um aumento dos gastos públicos que não é acompanhado de um

aumento de impostos, que deve ser futuramente reduzido ou ser seguido de um aumento futuro de impostos.

Segundo Barbosa (2003), a restrição orçamentária ocorreu na mudança da política econômica do governo que acarretam no aumento na taxa de juros e endividamento crescente que inibe o crescimento econômico do país.

Conforme Holanda (1998), um outro fator que faz o governo aumenta a restrição orçamentária, é a política de cortes de impostos para atrair investimentos e consumos externos pela oferta de maiores taxa de retorno para os primeiros e menores preços de bens e serviços produzidos localmente. Porém esta política de cortes de impostos pode esperar um governo menos atuante na economia, uma menor carga tributaria. E também os gastos não forem direcionados corretamente sem uma visão estratégica podem somente aumenta a restrição orçamentária sem a esperada entra de investimentos externos.

Segundo Roberto Calazans (2000) em macroeconomia quando se trata de restrição orçamentária no governo, temos que enfatizar três conceitos de déficit público (nominal, operacional e o primário) e assim como a senhoriagem e os impostos inflacionários.

Podem encontra-se a equação da restrição orçamentária da seguinte forma:

$$M - M1 + (Dgp - Dgp1) - E(Rc - Rc1) = p(G - Ig - T) + i.Dg - 1$$

M = base monetária;

Dgc = estoque de títulos governamentais em poder do Banco Central;

Rc = estoque das reservas internacionais no Banco Central;

Lc = empréstimos concedidos por meio do redesconto;

E = taxa de câmbio nominal.

P = nível de preços

G = gastos do governo

Ig = investimentos

i = taxa de juros nominal

i.Dg-1 = pagamento de juros de dividas

Fonte:

http://www.stn.fazenda.gov.br/Premio_TN/ivpremio/financas/MH1tefpIVPTN/CALAZANS_Roberto_Balau.pdf

Onde o lado esquerdo da equação mostra como é financiado o déficit público. Por sua vez o lado direito mostra a diferença entre gastos e receita do governo.

A senhoria e o imposto inflacionário são duas formas de financiamento do déficit público.

O imposto inflacionário é um imposto pago automaticamente pelas agentes privados pela perda do valor dos seus encaixes reais. A senhoria é a quantidade de recursos reais que o governo pode comprar pelo monopólio de emissão de moeda. Em outros termos, é o poder de compra do dinheiro.

Segundo Calazans (2000, p.10), a restrição orçamentária descrita na fórmula acima, pode apresentar os conceitos do déficit público.

Déficit operacional (DO) é o déficit gerado pelo desequilíbrio das contas públicas, excluindo-se o efeito inflacionário, ou seja, descontando-se do déficit nominal as correções monetária e cambial.

Déficit primário (DP) é o déficit obtido a partir da extração dos juros reais líquidos do conceito de déficit operacional. Em outras palavras, a carga de juros reais sobre a dívida interna líquida somada à carga de juros reais sobre a dívida externa líquida corresponde à diferença entre o déficit operacional e o déficit primário.

Conforme Santos e Calazans (2000), o governo só poderá gastar acima de sua receita fiscal, caso se houver formas de financiamento para o excesso de despesas. Cada uma forma de financiamento do déficit público implica em um desequilíbrio da economia do país. Com o excesso de emissão monetária leva ao um processo inflacionário, a expansão da dívida pública interna afeta a taxa de juros real que aumenta o estoque de dívida pública futura. A redução de reservas internacional pode acarretar numa crise cambial. Pode gerar uma desvalorização cambial, a fuga no capital especulativo e assim trazer grandes problemas para o pagamento das dívidas.

Segundo Lavoratti (2005), uns dos principais fatores que faz aumentar a restrição orçamentária no governo é o aumento na taxa Selic, além de aumentar inflação, perdas em aplicações financeiras.

A restrição orçamentária no governo acontece quando estes têm gastado maior do que o esperado para arrecadação, muitos autores utilizam-se desta fórmula para explicar a restrição orçamentária:

$$G + r B = T + M + B$$

Fonte:

http://www.mackenzie.br/editoramackenzie/revistas/economia/eco1n1/reveco1n1_art1.pdf

Onde G são os gastos, r B são as despesas de pagamentos de dívida pública, T impostos, M emissão de moeda e B empréstimos com títulos da dívida pública. Ou seja, quando os gastos do governo somando pagamentos de dívidas forem maior que a arrecadação de receitas do governo, o governo será obrigado a entrar em restrição orçamentária ou a necessidade de financiar seus gastos.

Podem-se citar alguns fatores que levam o governo decretar restrição orçamentária: crise cambial, aumento no risco país, economia frágil, fuga de investidores externos, aumento nos gastos públicos, corrupção, desvio de dinheiro, juros, diminuição no PIB.

2.8. Análise dos dados obtidos através da entrevista

Começou-se a pensar numa modernização e aquisição das aeronaves para FAB, no final do governo de Itamar Franco e no começo do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil tinha acabado de implementar o Plano Real é gozava de uma situação econômica estável. Então surgia a proposta do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB). Mas este programa somente recebeu sua aprovação em 2000.

O PFCEAB tinha com prazo inicial de duração do projeto de sete anos, no período 2000/2007, contendo cerca de 440 aeronaves, hoje já foram decorridos 75%

do tempo do projeto. Com a demora da liberação dos recursos o programa pode ser estendido até 2012, podendo haver um atraso de cinco anos na modernização e na substituição de aeronaves obsoletas da FAB e um custo adicional entorno de 2 bilhões de dólares, a para conclusão do programa.

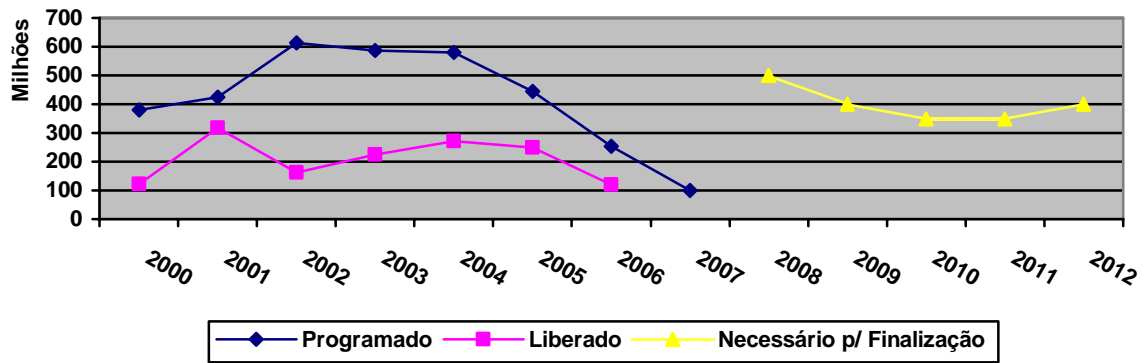


Gráfico 2: Cronograma para finalização do programa

O Valor inicial deste programa estaria entorno de três e meio bilhões de dólares. Com a atual conjectura de restrição orçamentária, a falta de prioridade na conclusão de projeto iniciada e o esquecimento dos líderes do governo em relação à defesa nacional somente 33 % dos recursos foram liberados em quando já será para ser consumido entorno de 88% dos recursos previsto para o programa.

Milhões

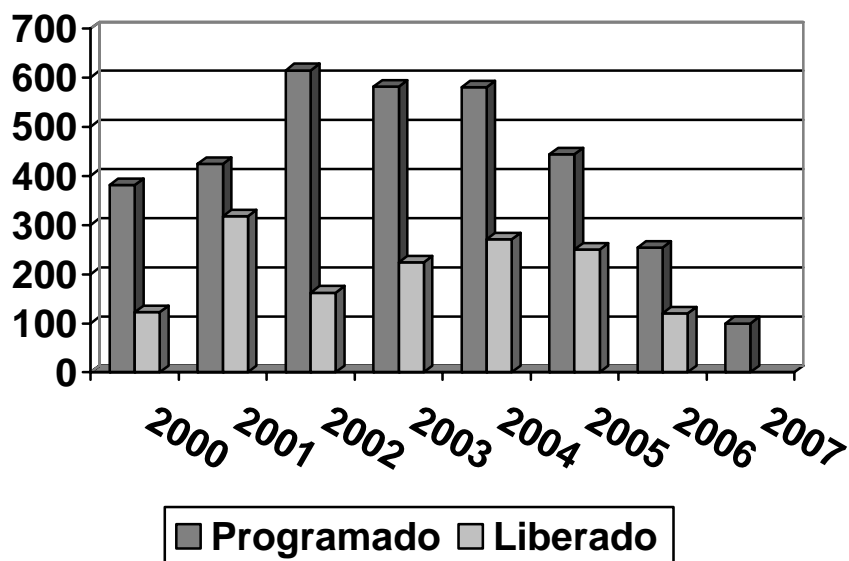


Gráfico 1: Recursos Programados versus Liberados

O valor de 2007, não foram colocados neste estudo, pois não se sabe quando de recursos vai ser liberado pelo governo.

O PFCEAB tinha com objetivo conforme sua proposta em E.M. n^{os} 4040, 4041 e 4042/MD, de 3 de julho de 2000.

- 1- Revitalizar o Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, mediante a recomposição e melhoria tecnológica dos equipamentos;
- 2- Recuperar as aeronaves, recompor estoques, incrementar as ações de treinamento dos pilotos e aumentar a aquisição de combustíveis;
- 3- Modernizar e adquirir aeronaves para substituição daquelas que, devido a sua longevidade, apresentam problemas logísticos, operacionais e econômicos, que desaconselham sua permanência em operação;
- 4- Reforçar as ações de logística e de proteção ao voo da Força Aérea Brasileira.

O programa PFCEAB, é composto por uma série de projetos:

O primeiro projeto é o AL-X, que tem como objetivo de dotar a FAB de uma frota de aeronaves leves de ataque com capacidade para executar missões de apoio de combate em regiões de clima quente e úmido, atuar no campo da instrução de voo e realizar a vigilância do espaço aéreo em proveito do Sistema de Vigilância da Amazônia. Seria adquirido pela FAB um total de 100 aeronaves (supertucanos), incluído simuladores de voo, suporte logístico e um contrato para 6 anos. A empresa escolhida para o contrato foi a Embraer.

O projeto F-5 BR modernização, que tem com o objetivo de dotar as aeronaves F-5 EF do acervo da FAB de sistemas atualizados especialmente de navegação e ataque nos cenários de emprego ar-ar e ar-solo, com o propósito de mantê-las em estado operacional até o ano 2020. Seriam modernizadas 90 aeronaves, além de suporte logístico associados. Empresa escolhida Embraer.

O projeto AM-X, que possui o objetivo de aumentar a capacidade operacional e de emprego de armamento inteligente. Seriam adquiridas 40 aeronaves

monoposto e 10 biposto, além de estar contido suporte logístico associado. Empresa escolhida Embraer.

O projeto CL-X, dotar a FAB de 15 aeronaves leves para transporte militar, visando à substituição dos C-115, Búfalo e complementar as missões C-130 e fornecer apoio logístico para 5 anos. Empresa escolhida para o projeto foi a espanhola EADS/CASA.

O Projeto P-3 BR, quem temo objetivo de dotar a FAB de 10 aeronaves marítimas, destinadas a executar missões de vigilância de aéreas marítimas. Empresa escolhida deste projeto foi EADS/CASA.

O projeto H-X, dotar a FAB de 8 aeronaves “Black Haw” “, para uso Amazônia e substituir os UH-1H”.

Alguns projetos foram suspensos para auxiliar o governo no equilíbrio dos gastos públicos, uns dos caso é o Programa F-X, que ganhou destaque na mídia por conter o maior valor de 700 milhões de dólares, o programa tem com objetivo de dotar a FAB de aeronaves de superioridade aérea para cumprirem missões de defesa aérea e de policiamento do espaço aéreo do território nacional. A indícios que programa deve voltar em 2008.

As restrições começaram surgir em decorrências da crise russa, em 1998, este estava numa situação de grandes mudanças políticas e econômicas.

Para criar a sensação de que a Rússia partilhava do mundo do consumo, a administração do governo de Yeltsin abriu seu mercado interno aos produtos estrangeiros, os quais, até pouco tempo, pagava com a exportação de grãos, petróleo e minerais. Enquanto suas poucas empresas e indústrias contia tecnologia obsoleta, não tiveram condições para competir com as mercadorias externas.

O governo russo conseguiu sobreviver durante um curto período, através de empréstimos do ocidente, porem não conseguiu modernizar seu aparato industrial e

produtivo e menos ainda regularizar o seu sistema tributário. O governo acabou ficando sem recursos. Levando a sociedade sua ao caos.

O governo então endividado, declarou moratória da dívida pública, ou seja, suspensão de pagamentos, que trouxe aumento do dólar e os bancos para evitar um quebra total optaram em congelar as contas correntes. O calote do governo russo junto aos seus investidores foi num valor de aproximado de US\$ 40 bilhões de dólares.

Com estes acontecimentos mostrou novamente que a política monetária do Brasil ainda era flexível aos acontecimentos mundiais. Os investidores com o medo de não receber os pagamentos de empréstimos, passaram a ficar com receio de investir em país em desenvolvimento. Levaram o governo brasileiro a pedir auxílio ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que orientou o governo a elevar na taxa de juros e fazer cortes no orçamento.

A restrição orçamentária começa afetar um programa, como este de modernização e aquisição de aeronaves, quando a política monetária do país não está completamente consolidada. As conseqüências que a restrição orçamentária trazem para a modernização e aquisições de aeronaves são:

Podem-se citar primeiramente as conseqüências nos contratos comerciais, que são assinados com as empresa ganhadora do contrato, exemplo: Embraer, Avibrás, EADS/CASA e etc. O primeiro impacto neste contrato são os reajuste de preço; o segundo é a desmobilização, quando o contrato é interrompido, a empresa em questão vê na obrigação demitir ou liberar funcionários altamente qualificados para não ficar com esta mão-de-obra ociosa e com a reabertura e continuação do projeto, ela tem que contratar novos funcionários e ainda fornecer treinamento especializado para dar continuidade no programa, outra conseqüências são muitas por atraso.

Outros pontos que há ocorrência de impactos da restrição orçamentária são nos contrato de Financiamento, aquelas que FAB e o Governo buscam em Bancos nacionais e internacionais, os impactos são:

A comissão de compromisso é quando há FAB é obrigada a pagar um multa pela não utilização da quantia de recurso disponível em um determinado tempo conforme o assinado no contrato. A Comissão de Permanência é quando a FAB é obrigada a pagar uma multa para manter o financiamento. O termino sem a utilização total é quando a FAB é obrigado pagar aos financiadores um multa pela não utilização do saldo. E por último a renegociação dos contratos, onde os bancos podem opitar em não assinar novos contratos ou aumentar as taxa de empréstimos para o governo.

Outras conseqüências que podemos correlacionar a modernização da FAB com as restrições orçamentárias, foi as que o TCU identificou e divulgou em Acórdão, Ofício de Circulação e Aviso, são:

1. Impedem a reversão do quadro de obsolescência.
2. Comprometimento da Segurança Nacional
3. Comprometimento da Proteção do Centro do poder da Nação
4. Encarecimento dos projetos, em razão de replanejamentos decorrentes de restrição orçamentárias.
5. Impactos negativos em compromissos comerciais e financeiros assumidos
6. Perdas financeiras.
7. Prejuízos à pesquisa e desenvolvimentos nacionais relacionadas ao programa.
8. Prejuízos à inversão tecnológica dos acordos compensação.
9. Prejuízos à credibilidade do País junto aos financiadores externos.
10. Prejuízos à capacidade Operacional da FAB

A FAB utiliza-se dos restos a pagar para dar continuidade aos projetos quando há algum imprevisto no orçamento, como demora na votação do orçamento ou restrição orçamentária.

Os Restos a pagar constituem em despesas empenhadas não pagas até o final do exercício que podem ser utilizadas no próximo exercício sem afetar o universo deste. E quando não a restos a pagar a FAB vê na obrigação de paralisar

os programas e os projetos, ficando na espera de que os recursos sejam liberados para dar continuidade ao cronograma.

A maior preocupação é que haja recursos suficientes para que a FAB possa cumprir sua missão de defesa e manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, que o governo dê maior ênfases nas questões de defesa nacional sem deixar de lado outras questões de prioridades, que os recursos solicitados dentro da proposta orçamentária seja atendidos e os acordos firmados seja cumpridos.

E que os governantes do país tenham o consentimento para a defesa do país e que ofereça os recursos necessários para realização do programas, pois a continua restrição orçamentária afeta deste a manutenção e o suprimento até o fardamento. Além de eles terem o conhecimento da importância dos contratos militares, pois há itens que demoraram de seis a três anos para serem recebidos.

Mas as preocupações do governo estão localizadas em outros pontos, que são importantes para o desenvolvimento do país. Como os macroobjetivos citados no plano Brasil, PPA do governo Lula, como a inclusão social, redução das desigualdades sociais, o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Porém falta de preocupação dos líderes do país com a defesa nacional, fica cada vez mais clara quando se compara o orçamento de defesa dos Estados Unidos da América e outros países com o do Brasil.

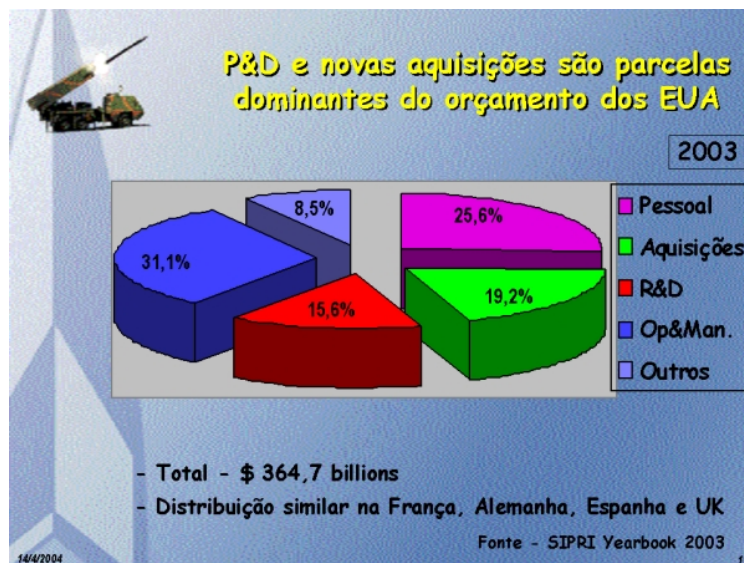


Figura 2: Orçamento de Defesa dos EUA.

Fonte: <http://www.defesanet.com.br/docs/avibras/sld001.htm>

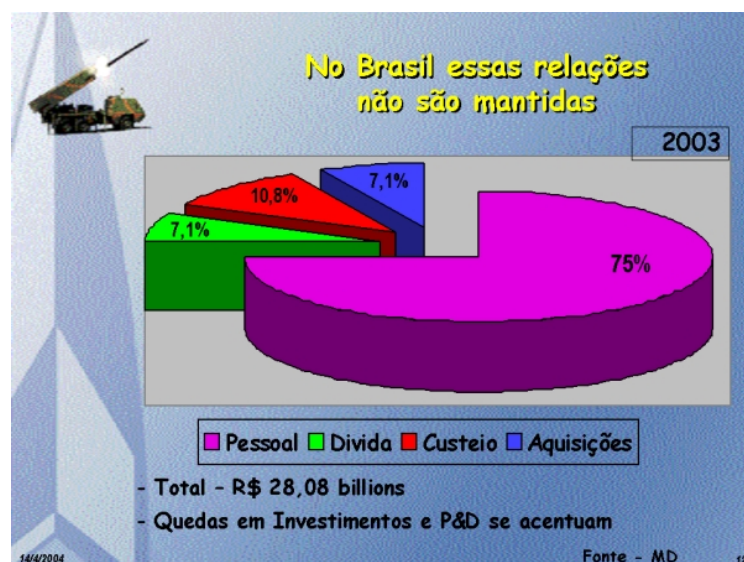


Figura 3: Orçamento de Defesa do Brasil.

Fonte: <http://www.defesanet.com.br/docs/avibras/sld001.htm>

Os militares brasileiros tiveram em 2003, um orçamento de 28.08 bilhões de reais, enquanto os norte-americanos possuem um orçamento de 335.7 bilhões de dólares, mas a questão não está somente no tamanho do orçamento, mas isso na alocação de recursos, nota-se claro que o Brasil gasta entorno de 75% do seu orçamento em despesas com pessoal enquanto nos norte-americanos gasta entorno de 25.6% em pessoal. Os EUA tinham em 2003, um orçamento para aquisições de 70.02 bilhões de dólares e quando o Brasil possui um entorno de 2.0 bilhões de reais.

Sabendo-se que o orçamento do Ministério da Defesa é aproximadamente de 35 bilhões de reais e os gastos com pessoal estão em 75%, seria necessário que o governo liberá-se um novo orçamento de 102 bilhões de reais para que o Brasil inserir-se no mesmo patamar dos EUA.

Esta análise fica clara quando se visualiza orçamento previsto para FAB nos últimos anos:

	2002	2003	2004	2005	2006
Orçamento	6,334 *	6,775 *	6,609*	7,388 *	7.593 *
Gastos com Pessoal	4,270*	4,548 *	4,754 *	5,203 *	6.017 *

* valores em Bilhões de Reais

Tabela 1: Comparativo do Orçamento versus Gastos com pessoal

Para a FAB, ficar-se no mesmo patamar seria necessário um orçamento de 23,5 bilhões de reais.

Ou seja, com a restrição orçamentária o governo terá um programa, com custos adicionais e um tempo maior do que o planejado inicialmente. O governo ao invés de preocupar-se em terminar os projetos ou programas iniciados, vem lançado cada vez mais programa. Essa falta de noção de continuidade, leva um encarecimento dos contratos assinados.

Outras conseqüências ou impactos que a restrição orçamentária trás para a modernização de aeronaves, é o risco à credibilidade do país junto aos financiadores externos, pois se a FAB não recebe o orçamento previsto para a conclusão do programa no exercício, ela vê na obrigação de congelar ou atrasar projetos.

Em forma geral a restrição orçamentária, afeta a modernização de aeronaves da FAB desde o seu financiamento até nos contratos assinados com as empresas. E ainda prejudica o poder de operação da FAB, o treinamento dos pilotos e além de trazer comprometimento à defesa nacional em caso de alguma ameaça.

O presente estudo já abordou os impactos da restrição orçamentária no PFCEAB e na FAB de um módulo geral. Dará ênfase nas conseqüências da restrição orçamentária nos projetos que compõem o PFCEAB.

No projeto AL-X: a restrição afetou diretamente na entregas dos aviões, onde 100 aeronaves, onde eram para ser entregue no período de 2000/2006 enquanto somente 51 foram recebidos. Além das empresas que mantêm parceria com a Embraer, suspenderam seu fornecimento de peça, pela falta de pagamentos de material já entregue.

No projeto F-5 BR: os impactos neste programa também foram os atraso na entrega de aeronaves modernizadas.

No projeto AM-X: os impactos afetaram o atraso no desenvolvimento da parte tecnológica, onde houve a necessidade de alteração de componentes eletrônicos e atualização de aparelhos e a necessidade de renegociação de contratos.

No projeto P-3 BR, os impactos da restrição, causou a necessidade de renegociação de contratos comercial e de financiamento, além de trazer prejuízo às operações da FAB e possível sobrecarga em orçamentos futuros, que possam viabilizar o projeto.

Nota-se que na maioria dos projetos, a restrição orçamentária causou, impactos no prazo de entregas de aeronaves, suspensão de peças pelos fornecedores.

Pode-se criar um cronograma, onde se mostra o atraso na entregas de aeronaves:

	2002	2003	2004	2005	2006
Programado	55	56	124	128	86
Entregue	30	45	58	102	59

Tabela 2: Cronograma para entrega de aeronaves

Nota-se que a restrição orçamentária, influencia diretamente o sucesso de programas ou projetos, podendo ser tanto no setor público ou privado. Pois há falta de recursos, cria a necessidade de minimizar os gastos de forma drásticas. No setor privado esses cortes, acontecem quando a empresa começa a perder espaço no mercado ou apresentar prejuízos constantes, mas postura adotada pelos seus administradores é de diminuição de pessoal e fechamento de fábrica ou lojas. Porém no setor público, principalmente nas forças armadas, esse tipo de cortes é inviável, pois o país precisa possuir uma grande quantidade de homens disponível caso haja alguma necessidade de ação de urgência.

Por causa desta questão, o governo vê na obrigação de paralisar e até mesmo cancelar programas e projetos para equilibrar seus gastos ou alocar estes recursos em outros programas ou projetos que julguem prioridades para o governo. Houve a presença deste deslocamento de recursos quando o governo Lula assumiu a direção do país, estes colocaram o programa Fome-Zero, como a maior prioridade no governo nos últimos anos e diversos Ministérios sofreram com diminuição nos seus orçamentos para ajudar o governo alcançar seus objetivos.

3. CONCLUSÃO

Ao se concluir esta pesquisa, verifica-se que a restrição orçamentária vem atingindo o Brasil em momento que a economia mundial sofre algum tipo crise ou uma série destas (Crise dos tigres asiáticos, Crise Russa, Crise da Argentina).

O que se observa por meio destes estudos, é que a partir de crise econômica interna ou externa, mudanças na política monetária nacional e o aumento nos gastos públicos, a possibilidade de acontecer uma restrição orçamentária fica cada vez maior, pois os investidores internos e externos têm o receio de investir num país, aonde a política econômica que vêm sofrendo com mudanças constantes em sua diretriz ou não está completamente consolidada e clara podendo trazer desconfianças à destes.

Com relação à questão do problema levantado nesta monografia, que questiona de que forma a restrição orçamentária afeta a modernização e aquisição de aeronaves da Força Aérea Brasileira, observa-se que esta foi respondida através dos dados obtidos da entrevista realizada nesta monografia, mostrando que a restrição orçamentária influencia a modernização e aquisição da FAB em diversos pontos, tanto no aspecto comercial, na aérea de financiamento e operacional. E além de trazer imagens negativas para do país e da FAB junto aos investidores.

Quanto o objetivo geral estabelecido inicialmente para este estudo, este pretendia analisar as forma que a restrição orçamentária afeta a FAB, na questão de modernização e aquisição. Ao finalizar o trabalho tem-se que o objetivo foi alcançado, a medida em que se observa que a restrição orçamentária do país influencia diretamente as aquisições de novas aeronaves em diversos pontos.

A outra conclusão que se pode correlacionar com a administração é que os contratos relacionados (equipamentos, veículos, munição e etc.) para defesa nacional (Exercito, Marinha e Aeronáutica) são em escalas milionárias, de longo prazo e a possibilidade de oferecer novos contratos para manutenção. Pode-se ressaltar que na maioria de produtos comprados há um prazo de validade, e estes produtos não deixam a regra de lado, também estão sujeitos a envelhecimento.

Os gastos com defesa no mundo devem estar aproximadamente em 800 bilhões de dólares por ano, tornando este setor um dos mais lucrativos no mundo perdendo somente para a Energia e o Aeroespacial.

O administrador de empresa bélicas e de qualquer outra empresa que pretende fazer negócios com o governo deve possuir qualidades e o conhecimento para analisar o cenário global e a economia do país e verificar se estes não passam por algum tipo de dificuldade que possam trazer algum imprevisto para continuação e conclusão dos contratos assinados, pois sem recursos disponíveis à grande possibilidade do governo suspender o programa.

4. Referencial bibliográfico

AZEVEDO, Maria Thereza, LIMA, Manuel, LIMA, Ana Luiza. **Introdução à Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2004.

BARBOSA, Fernando. **A Estabilização Inacabada**. Disponível em <http://www.mackenzie.br/editoramackenzie/revistas/economia/eco1n1/reveco1n1_art1.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2006.

BURKHEAD, Jessé. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1971.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HEADY, Ferrel. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOLANDA, Marcos. **Competição Fiscal no Brasil, uma Análise Empírica Agregada**. Disponível em < <http://www.caen.ufc.br/pdf/TD%20223.pdf> > Acesso em: 29 de março de 2006

ISSLER, João Victor, LIMA, Renato. **Como se Equilibra o Orçamento do Governo no Brasil? Aumento de Receitas ou Corte de Gastos?**. Disponível em < <http://epge.fgv.br/portal/arquivo/1387.PDF> > Acesso em 15 de abril de 2006.

FERREIRA JUNIOR, Sílvio. **A Gestão Lula: Uma Análise a partir do modelo orçamentário Brasileiro**. Disponível em <<http://www.pucsp.br/pos/ecopol/admin/publicacoes/arquivos/revista/28162005/P&D%2028%20cap08.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2006.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.Ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVAROTTI, Liliana. **Taxa é principal restrição orçamentária do governo**. Disponível em < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=220660>> Acesso 08 de maio de 2006.

NASCIMENTO NETO, Renata Valeska do. **Identificação dos métodos de custeio e de Formação de preços de indústrias brasileiras**. 2002, 105p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PISCITELLI, Roberto, TIMBÓ, Maria Zulene, ROSA, Maria Berencice. **Contabilidade Pública**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIBEIRO, Renato J. Brown. **Possibilidades de transformação no sistema de planejamento e orçamento no Brasil**. Disponível em < <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047310.pdf>> Acesso 01 de maio de 2006

SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos. CALAZANS, Roberto Balau. **A crise da dívida pública no RS: fundamentos, evolução e perspectivas**. Brasília: Editora da Unb, 2000. Monografia premiada em 2º lugar no V Prêmio Tesouro Nacional. Ajuste Fiscal e Dívida Pública. Porto Alegre, 2000. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br/Premio_TN/ivpremio/financas/MH1tefpIIVPTN/CALAZANS_Roberto_Balau.pdf> Acesso em: 29 de abril de 2006.

SILVA, Sebastião de Sant'anna e. ***Os princípios orçamentários***. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1962.

_____, Cartilha da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Brasília, 2004.

ANEXO A – Roteiro da Entrevista

1. Quando começou a se pensar em modernização e aquisição de aeronaves?
2. De quanto tempo duraria PFCEAB ?
3. Qual o valor deste programa?
4. Qual é o objetivo do PFCEAB?
5. Quais as Aeronaves fazem parte deste programa?
6. Quando as restrições orçamentárias começaram afetar o PFCEAB?
7. Quais foram às conseqüências ou impactos destas restrições para FAB e o PFCEAB?
8. Como este programa vêm sendo mantido, na ocorrência de restrição orçamentária ou atraso na votação do Orçamento?
9. Quais são as maiores preocupações da FAB em relação ao orçamento Futuro?